

ATA DA 018ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2012  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h26, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

## SUMÁRIO

### Explicação Pessoal

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Registra a realização do Fórum Desenvolvimento, Federalismo e Dívida dos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária para votarmos em segundo turno as matérias aprovadas na sessão anterior.

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei n. 0265/2012, que institui o Dia do Terapeuta da Alegria no estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei n. 0213/2012, que autoriza o estado de Santa Catarina a prestar garantia em operação de crédito a ser celebrada entre a Cia. de Águas e Saneamento e a Caixa Econômica Federal.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0020/2012, que cria cargos de desembargador no Tribunal de Justiça e altera dispositivos da Lei Complementar n. 367, de 2006, e adota outras providências.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Está aberto o painel para votação.

Quem votar "sim" aprova, quer votar "não" rejeita a matéria.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JUNIOR	
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	

DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 22 srs. deputados.

Temos 20 votos "sim" e um voto "não".

Está aprovado em segundo turno o Projeto de Lei Complementar n. 0020/2012.

Passaremos ao horário destinado à Explicação Pessoal.

Com a palavra, por até 10 minutos, o sr. deputado Joares Ponticelli.

Antes disso, há um pedido de suspensão da sessão. V.Exa. fará uso da palavra e logo em seguida será suspensa a sessão.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, catarinenses que participam da nossa sessão,

catarinenses que nos assistem através da TVAL e que nos ouvem através da Rádio Digital.

Srs. deputados, v.exas. devem ter recebido em seus gabinetes o convite que a nossa entidade, a Unale, que tenho a honra de presidir, encaminhou para todos os parlamentares informando da realização do Fórum Desenvolvimento, Federalismo e Dívida dos Estados, que vai acontecer, deputado Dóia Guglielmi, no dia 23 de novembro próximo, portanto, daqui a 29 dias aqui na nossa Assembleia.

Fizemos, desde o ano passado, cinco fóruns regionais. Estivemos em Rio Branco, Acre; em Vitória, Espírito Santo; em Belo Horizonte, Minas Gerais; em Porto Alegre, Rio Grande do Sul e em Brasília, Distrito Federal, tratando dessa questão e evidentemente o nosso estado não poderia ficar de fora.

Vamos nesta oportunidade trazer, deputado Ismael dos Santos, como primeiro palestrante o vice-presidente do Tribunal de Contas da União e corregedor, ministro Augusto Nardes, que vai tratar da primeira conferência com o tema Caminhos para a Solução da Dívida dos Estados. Depois teremos A Dívida dos Estados na Visão dos Tribunais de Contas Estaduais, palestra que será proferida pelo conselheiro Antônio Joaquim Morais R. Neto, conselheiro do Mato Grosso e presidente da Atricon, Associação dos Tribunais de Contas do Brasil.

Teremos uma mesa redonda com o nosso conselheiro Cesar Filomeno Fontes, presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina; com nosso secretário Nelson Serpa; e com o senador Luiz Henrique da Silveira que está também abordando muito esta questão da dívida dos estados no Senado Federal.

Após isso, teremos das 9h30 ao meio-dia, debates com a participação de parlamentares e das frentes nacionais de renegociação da dívida dos estados de diversas assembleias, além de deputados federais e outras lideranças, o presidente da Febrafit, João Pedro Casarotto, que está debatendo muito esse tema, e também o conselheiro Sebastião

Helvesio, de Minas Gerais, que fez um levantamento da realidade da dívida de cada estado, será um dos debatedores.

Estamos ainda por confirmar a presença do presidente do conselho do Grupo Gerdau, Jorge Gerdau. Teremos a presença da senadora Ana Amélia, com a palestra Uma solução para a Dívida dos Estados com a União. Ainda há outros palestrantes que estão por confirmar. Enfim, será um dia de intenso debate. É importante a participação de v.exas. porque esta questão da dívida dos estados nos angustiam cada vez mais.

Deputado Sandro Silva, o secretário Nelson Serpa nos informava agora, no almoço da bancada, que Santa Catarina vai desembolsar neste ano mais de R\$ 1,2 bilhões para a amortização dessa dívida que só cresce. Deputado Ismael dos Santos, isso representa mais que 30% acima de toda capacidade de investimentos do estado de Santa Catarina, ou seja, deputado Romildo Titon, o que nos é retido, tomado na fonte para pagar essa dívida que só cresce, é 30% a mais do que o estado tem para investir. Não dá mais para ficar calado diante disso.

Em 98, o governador Paulo Afonso teve que assinar o contrato, porque foi posição do FMI. Mas, naquele momento, foi um bom contrato. O momento econômico do país era outro e a dívida foi consolidada. Os contratos firmados em 98 foram bons para os estados. O problema foi o seguinte: naquela época a dívida era R\$ 4,3 bilhões, pagamos R\$ 7,5 bilhões e estamos devendo R\$ 10 bilhões. Isso é uma bola de neve.

O secretário apavorou-nos agora com o valor dos juros. Estamos pagando 14% de juros ao mês, porque é IGP-DI mais 6%. Isso é uma agiotagem que ninguém aguenta mais, está levando à falência os estados e os municípios no Brasil. Não dá mais.

No ano passado o Bradesco queria assumir a dívida de Criciúma, que era de R\$ 67 milhões. O Bradesco comprava essa dívida por R\$ 25 milhões. A secretaria do Tesouro Nacional não aceitou a transação. Isso é uma agiotagem que ninguém mais suporta. É um absurdo o que está acontecendo. Os

estados brasileiros estão financiando a união. As coisas estão completamente invertidas. A união já retém quase 70% da receita pública deste país, enquanto os estados na casa dos 20% e os municípios com um pouco mais de 10%. Trata-se de uma inversão porque as pessoas não moram na união ou nos estados, mas nos municípios, onde o cidadão sente suas primeiras necessidades.

E aí como se não bastasse essa distribuição injusta da receita pública, ainda temos essa prática de juros escorchantes. Ora, a presidente Dilma Rousseff não é culpada disso, porque essa rolagem vem desde 98, que na época foi boa porque a realidade do país era outra. O problema é que agora o momento econômico mudou e o próprio governo federal justifica esse novo momento que vivemos para mudar a regra da remuneração da poupança. Houve recentemente a mudança da regra de remuneração da poupança em função do bom momento econômico que vive o Brasil. Mudou-se inclusive a regra da remuneração da poupança, mas os contratos não foram revisados, e a união continua praticando essa agiotagem contra os estados.

Ninguém está pregando o calote. V.Exas. irão ver no dia 23. Nós queremos revisar e reavaliar essa dívida pela taxa Selic. Apenas fazendo isso, acredito que os estados já serão credores. Não dá mais para me calar diante disso. Quero conclamar a presença de v.exas. Este estado é um dos que está nesta situação, como outros 24 estados da federação.

Precisamos encontrar uma saída. Repito que o problema não foi criado pela presidente Dilma Rousseff, mas precisamos encontrar uma solução. Não dá para assistirmos calados a união tomar mais de R\$ 1 bilhão por ano dos nossos cofres para a amortização de uma dívida que somente cresce e, enquanto isso, falta dinheiro para saúde, saneamento, educação e investimentos no estado.

Queremos revisar para pagar de forma justa e permitir que o estado possa ampliar sua capacidade de investimentos. Conto, portanto, com a presença de v.exas. nesse importante debate que vamos realizar nesta Casa no dia 23 de novembro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Estamos no horário de Explicação Pessoal, mas, de acordo com entendimento dos srs. deputados, vamos suspender a sessão, porque há um requerimento, neste sentido, de autoria do deputado José Nei Ascari e outros deputados, para que a tribuna possa ser utilizada por dez minutos pelo presidente do Instituto Consultor Social, sr. Marcelo Silva Lemos, que abordará o tema Acessibilidade do Surdo na Sociedade. Esse ato fará parte da Caravana da Inclusão, que vai iniciar aqui, na Alesc, e vai percorrer todas as Assembleias do Brasil.

Por essa razão, vamos suspender a sessão por dez minutos para dar oportunidade ao sr. Marcelo de discursar na tribuna.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Ainda dentro do horário de Explicação Pessoal, não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

